



Elói Martins Senhoras

(Organizador)

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



Elói Martins Senhoras

(Organizador)

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Economia: globalização e desenvolvimento

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E19	Economia: globalização e desenvolvimento / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5983-555-3 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.553210710 1. Economia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título. CDD 330
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de e-commerce, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A convergente dinâmica geoeconômica, identificada como globalização, trata-se de um fenômeno integrativo da economia no espaço, construído por meio de distintas ondas cíclicas de acumulação de longa duração no sistema capitalista desde o século XV, a despeito de divergentes vetores geopolíticos e geoculturais no sistema internacional.

Como fenômeno de curta duração, a globalização caracteriza-se nas últimas cinco décadas pelo aumento da interdependência econômica no mundo por meio da ampliação do sistema capitalista no globo por meio do retorno a uma agenda com predominância tecno-financeira de acumulação em detrimento das tradicionais agendas de acumulação produtiva.

Tomando como referência estas discussões, “Economia: Globalização e desenvolvimento?”, trata-se de um livro cujo instigante título tem como objetivo despertar questionamentos e uma ampla reflexão econômica para se delinear possíveis explicações sobre temáticas correntes de crescimento, desenvolvimento e crise no sistema de acumulação capitalista à luz das sincrônicas transformações em curso no mundo.

Escrito de modo colaborativo por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores brasileiros, mexicanos e portugueses, o presente livro reflete o sentido desenvolvimentista da globalização como fenômeno de ampliação das interações humanas, qualificando-se assim como uma obra que reflete e é reflexo do seu próprio tempo.

A estruturação desta obra é composta por 21 capítulos que abordam diferentes temáticas econômicas a partir de uma elástica espacialização que vai do local ao global, na periodização da conjuntura contemporânea, por meio de um plural recorte teórico-metodológico de profissionais com distintas *expertises* e formações acadêmico-profissionais prévias.

Caracterizado por uma abordagem exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e quali-quantitativa quanto aos meios, este livro foca diferentes fenômenos econômicos e estudos de caso por meio de uma rica triangulação teórico-metodológica com base no levantamento e análise de dados primários e secundários e em diferentes paradigmas científicos.

Construído para estimular o espírito de reflexão e criticidade sobre a realidade econômica em um contexto de globalização, o presente livro de coletânea é indicado para um extenso número de leitores, justamente por apresentar uma didática leitura empírica que despertará o interesse, tanto, de um público leigo afeito a novos conhecimentos, quanto, de um público especializado de acadêmicos que busca dialogar com base em tradicionais e novas abordagens científicas.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DINHEIRO: UMA REFLEXÃO HISTÓRICA E JURÍDICA NA ERA DO BITCOIN

Mateus Catalani Pirani

Matheus Muniz de Ávila Rodrigues

Daniel Stipanich Nostre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107101>


CAPÍTULO 2..... 13

LAS TEORÍAS ECONÓMICAS QUE EXPLICAN LA GRIPE FINANCIERA EN ESTADOS UNIDOS Y LA PULMONÍA FINANCIERA EN MÉXICO

Rebeca Teja Gutiérrez

Nidia López Lira


Verónica Loera Suárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107102>

CAPÍTULO 3..... 28

CONSEQUÊNCIAS DA CRISE FINANCEIRA NO EMPREENDEDORISMO

Hélio de Jesus Branco Corquinho Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107103>


CAPÍTULO 4..... 39

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE IGUALDADE DE GÊNERO COMO FORMAS DE AÇÃO COLETIVA, ANTES DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÓMICAS, SOCIAIS E POLÍTICAS DE UM SISTEMA EM CRISE

Héctor Alberto Fernández Morales

Felipe Javier Haces Valdez

Javier Hernández Treviño


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107104>

CAPÍTULO 5..... 52

AN APPROACH TO CUSTOMER TRUST IN THE PORTUGUESE BANKING SYSTEM

António Cabeças

António Duarte Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107105>


CAPÍTULO 6..... 77

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: O CASO DO BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL

Diego Paschoal de Senna

Sandra Lúcia Videira Góis

Lisandro Pezzi Schimidt


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107106>

CAPÍTULO 7..... 88

DEVOPS FOR FINANCIAL COMPANIES: A LITERATURE REVIEW

Antônio Augusto Alves de Figueiredo

Vagner Luiz Gava

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107107>

CAPÍTULO 8..... 106


O CUSTO DE RESSEGURO NO MERCADO BRASILEIRO DE SEGUROS GERAIS ANTES E APÓS O TÉRMINO DO MONOPÓLIO

Claudio Rosa Mendes

Cecilia Moraes Santostaso Geron

Fabiana Lopes da Silva

Octavio Ribeiro de Mendonça Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107108>

CAPÍTULO 9..... 128


IMPACTO ECONÔMICO DA COVID-19 NO SETOR DE TURISMO DO MÉXICO

Artemio Jiménez Rico

Luis Gerardo Rea Chávez

Perla Cristina Laguna Córdoba

Karina Galván Zavala

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5532107109>

CAPÍTULO 10..... 141

O COMPORTAMENTO DO BRASILEIRO COM SEUS INVESTIMENTOS NO CONTEXTO DA COVID-19

Natalia Alves Tavares

Paulo Vitor Jordão da Gama Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071010>


CAPÍTULO 11..... 160

ORIGEM DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: POLÍTICA ECONÔMICA E PACTOS DE PODER

Bruno Saggiorato

Geizibel Julia Halas

Nilmar Rippel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071011>

CAPÍTULO 12..... 172

PERCEPÇÃO DOS MORADORES VALE DO SÃO FRANCISCO REFERENTE AOS TIPOS DE INOVAÇÕES QUE OCORREM NO SETOR DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO


Murilo Campos Rocha Lima

Josefa Edileide Ramos Santos

Marcelo Costa Borba

Marília Rocha Amando


Thayana Carvalho Amorim Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071012>

CAPÍTULO 13..... 182

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO-FAVA (*Phaseolus lunatus* L.) NO PIAUÍ: UMA CULTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR


Karla Brito dos Santos
Eriosvaldo Lima Barbosa
Angela Célis de Almeida Lopes
Regina Lucia Ferreira Gomes
Andreza Cavalcante Oliveira
Graziele de Sousa Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071013>

CAPÍTULO 14..... 204

ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE DIANÓPOLIS-TO


Elismar Dias Batista
William Isao Tokura
Antônia Lilia Soares Pereira
Virgílio Lourenço da Silva Neto
Daniela Maria Santo Palmera
Letícia Alves Rocha
Jeidy Johana Jimenez Ruiz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071014>

CAPÍTULO 15..... 213

AVALIAÇÃO DOS DETERMINANTES DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA COMPARAÇÃO DAS MESORREGIÕES CENTRO-SUL E OESTE DO PARANÁ


Ikaro Tem Pass
Flávio Braga de Almeida Gabriel

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071015>

CAPÍTULO 16..... 229

EL EMPRENDIMIENTO EN LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR


Mónica Leticia Acosta Miranda
Leonor Ángeles Hernández
Juan Mendoza Hernández
Liliana Camacho Bandera





 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071016>

CAPÍTULO 17..... 239

O CAPITAL HUMANO E A INOVAÇÃO COMO PEDRAS BASILARES DA ECONOMIA PORTUGUESA

Cátia Susana Bento do Rosário
António Augusto Teixeira da Costa
Ana Isabel Lorga da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071017>

CAPÍTULO 18.....	252
LA RELEVANCIA DE LA MUJER ARTESANA EN LA ECONOMÍA FAMILIAR DE LA REGIÓN MIXTECA	
Olivia Allende Hernández	
Celia Bertha Reyes Espinoza	
Liliana Eneida Sánchez Platas	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071018	
CAPÍTULO 19.....	265
ESTRATÉGIAS DE ESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E LOGÍSTICO DE ZONAS RURAIS FRENTE ÀS DEMANDAS GLOBAIS: OS CASOS DAS ZONAS PRODUTIVAS DO CAFÉ DE MATA VERDE NO BRASIL E AS ZONAS DE PRODUÇÃO DE CHÁ DE NUWARA ELIYA NO SRI LANKA	
Carlos Andrés Hernández Arriagada	
Mariana Chaves Moura	
Paola Serafim Filócomo	
Luciana Junqueira Candido	
Edgar Roa	
Carlos Murdoch	
Paulo Roberto Corrêa	
Raquel Ferraz Zamboni	
Isabella Basile Sposito	
Eduardo Riffo Durán	
Nicolás Parra Urbina	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071019	
CAPÍTULO 20.....	291
EFICÁCIA DOS MODELOS DE PREVISÃO DE FALÊNCIA EMPRESARIAL NAS EMPRESAS DE TRANSPORTES IBÉRICAS	
Mário Alexandre Guerreiro Antão	
Cândido Jorge Peres Moreira	
Catarina Carvalho Terrinca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071020	
CAPÍTULO 21.....	305
ASPECTOS METODOLOGICOS Y TÉCNICOS PARA LA ELABORACIÓN DE IMPUESTOS VERDES	
Rolando Ríos-Aguilar	
Raúl Rodríguez Vidal	
Víctor Pedro Rodríguez Vidal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.55321071021	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	318
ÍNDICE REMISSIVO.....	319

PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO-FAVA (*Phaseolus lunatus* L.) NO PIAUÍ: UMA CULTURA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Data de aceite: 02/10/2021

Karla Brito dos Santos

Departamento de Planejamento e Política Agrícola/ufpi, Teresina(PI)
<http://lattes.cnpq.br/7123643044463081>

Eriosvaldo Lima Barbosa

Departamento de Planejamento e Política Agrícola/ufpi, Teresina(PI)
<http://lattes.cnpq.br/4370414183618374>

Angela Célis de Almeida Lopes

Departamento de Fitotecnia/ufpi, Teresina(PI)
<http://lattes.cnpq.br/2718756494613870>

Regina Lucia Ferreira Gomes

Departamento de Fitotecnia/ufpi, Teresina(PI)
<http://lattes.cnpq.br/6938362260541348>

Andreza Cavalcante Oliveira

Universidade Federal do Piauí/ graduanda Engenharia Agrônômica Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/5535694345562567>

Graziele de Sousa Reis

Universidade Federal do Piauí/ graduanda Engenharia Agrônômica Teresina – Piauí
<http://lattes.cnpq.br/9596877547665383>

RESUMO: A região Nordeste é a grande produtora de feijão-fava (*Phaseolus lunatus* L.) no Brasil, destacando-se os estados da Paraíba, Ceará, Piauí e Pernambuco. Objetivou-se,

pois, conhecer os caminhos percorridos pelo feijão-fava do varejista ao produtor e identificar os agentes participantes para os municípios piauienses maiores produtores (IBGE, 2017) em Tanque do Piauí, Várzea Grande, Barra d'Alcântara, Palmeiras e Teresina, Piauí. Utilizaram-se as informações da PAM/IBGE referentes à área colhida, quantidade produzida e rendimento médio para uma série histórica de 1997 a 2016, e para o período quinquenal de 2012 a 2016. Quanto aos dados primários foram aplicados questionários nos mercados públicos e feiras livres dos municípios pesquisados, através da plataforma digital KoBoCollect©. A análise da série histórica demonstrou uma redução de 60% na área colhida para o Piauí. No mesmo período, o município de Tanque do Piauí apresentou crescimento de 69% na produção. Esta é realizada em pequenas áreas, com ferramentas manuais. O feijão-fava comercializado em Teresina tem origem em municípios piauienses e em outros estados da região Nordeste, tais como Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco. Conclui-se que a presença do intermediário é o principal fator que condiciona o alto preço do produto no varejo.

PALAVRAS-CHAVE: Canais de comercialização. Sistema agrícola. Produção agrícola piauiense.

ABSTRACT: The Northeast region is the major producer of lima beans (*Phaseolus lunatus* L.) in Brazil, with the states of Paraíba, Ceará, Piauí and Pernambuco standing out. The objective was, therefore, to know the paths taken by lima beans from the retailer to the producer and to identify the participating agents for the major Piauí

municipalities (IBGE, 2017) of Tanque do Piauí, Várzea Grande, Barra d'Alcântara, Palmeiras and Teresina Piauí. PAM / IBGE information on the harvested area, quantity produced, and average yield was used for a historical series from 1997 to 2016, and for the five-year period from 2012 to 2016. As for the primary data, questionnaires were applied in public markets and open markets in the cities surveyed, through the digital platform KoBoCollect®. The analysis of the historical series showed a 60% reduction in the area harvested for Piauí. In the same period, the municipality of Tanque do Piauí grew by 69% in production. This is done in small areas with hand tools. The fava beans commercialized in Teresina originated in municipalities in Piauí and in other states in the Northeast region, such as Bahia, Ceará, Maranhão and Pernambuco. It is concluded that the presence of the intermediary is the main factor that determines the high price of the product in retail.

KEYWORDS: Marketing channels. Agricultural system. Piauiense agricultural production.

1 | INTRODUÇÃO

A avaliação dos resultados constantes no presente artigo partiu do conceito de agricultura familiar. Sabe-se que esse tema é tão polissêmico quanto grandioso. Uma pesquisa simples no Google Acadêmico oferece em torno de 35 mil ocorrências, entre livros, artigos, resenhas e resumos tendo o tema da agricultura familiar como foco central. Tudo isso apenas na língua portuguesa, considerando o ano de 2017 (abril de 2019). Em outubro de 2019, por exemplo, já se acumularam mais de 20 mil novos resultados envolvendo esta mesma temática. No Google Geral, considerando esse último período, o resultado é surpreendente: mais de 35 milhões de ocorrências sobre o tema da agricultura familiar. O termo “agricultura familiar” é tão genérico e diversificado quanto o é, igualmente, a tentativa de se buscar um conceito capaz de agregar sua generalidade sem perder de vista as suas especificidades.

Diante deste universo digital, para não constituir mais uma tentativa de “desvendar algo novo” envolvendo o tema da agricultura familiar, partiu-se de um já consagrado e consolidado artigo que trata dessa temática e que auxilia a ancorar melhor o público investigado, reconhecido pela Lei nº 11.326, de 27 de julho de 2006. Trata-se do artigo de Wanderley¹ (1996, p. 2), que traça as principais características da agricultura familiar, a partir dos seguintes aspectos:

O campesinato corresponde a uma dessas formas particulares da agricultura familiar, que se constitui como um modo específico de produzir e de viver em sociedade. A agricultura familiar que se reproduz nas sociedades modernas deve adaptar-se a um contexto socioeconômico próprio destas, o que a obriga a realizar modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social tradicional. Estas transformações do chamado agricultor familiar moderno, todavia, não produzem uma ruptura total e definitiva com as formas anteriores, gestando, antes, um agricultor portador de uma tradição camponesa que

¹ WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Encontro Anual da ANPOCS. 1996. Anais... Caxambu (MG), 1996.

Ihe permite adaptar-se às novas exigências da sociedade.

O campesinato brasileiro tem características particulares – em relação ao conceito clássico de camponês – que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país e que servem, atualmente, de fundamento a este “patrimônio sociocultural”, com que deve se adaptar às exigências e aos condicionamentos da sociedade brasileira moderna. Essas características são responsáveis pela reprodução sociocultural do grupo, implicando em efeitos específicos que recaem sobre as escolhas dos grupos domésticos na busca de seu sustento, guiados pelo binômio produção/consumo e não pela busca do lucro.

Como não é este o fator que explica como certas práticas agrícolas e não agrícolas são incorporadas, reproduzidas ou rejeitadas por parte das famílias camponesas - já que estas famílias não são submetidas à busca da maior produção (valor por hectare), nem pela busca da maior produtividade (valor por trabalhador) - os parâmetros de escolha não repousam nessas especificidades técnicas, mas sim em uma singularidade do modo de vida camponês que se expressa e o caracteriza ao mesmo tempo como unidade de consumo e unidade de produção.

Além desse artigo de base, considerou-se pertinente incorporar o aporte teórico-metodológico elaborado pela cooperação FAO/INCRA², que possibilitou ao IBGE, juntamente com o então vigente Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), traçar as principais características da produção da organização com base familiar, que recebeu na época o título de “O Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil” e ganhou atenção estatística e social a partir do Censo Agropecuário de 2006.

O feijão fava (*Phaseolus lunatus* L.) é utilizado na alimentação humana e animal, para fornecer proteína vegetal e diminuir a dependência quase exclusiva dos feijões caupi (*Vigna unguiculata*) e comum (*Phaseolus vulgaris* L.) (Vieira, 1992). Pode ainda ser utilizada como adubo verde ou cultura de cobertura para proteção do solo. A sua produção na agricultura familiar é bastante empregada e essa ocorrência pode estar relacionada ao fato de ser uma cultura mais rústica suportando tratamentos culturais mais reduzidos quando comparado ao feijão comum.

A cultura do feijão-fava tem merecido pouca atenção por parte dos órgãos de pesquisa e extensão, o que tem resultado em limitado conhecimento das suas características agrônômicas (Guimarães, 2007). O estudo de variedades crioulas de feijão-fava é importante porque facilita o registro de caracteres de identificação, facilitando o acesso a esse material em busca de plantas com boa resposta em termos de produtividade e comportamento em diferentes condições ambientais. Além de viabilizar a produção, e explorar outros potenciais dessa espécie, como forma de inovação do mercado para fortalecer a economia da agricultura familiar, integrando as pulses, além da produção de

2 Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/dados-sobre-agricultura-familiar-fao-incra>. Acessado em: 12 jan. 2019.

biojoias e de pratos tradicionais da cultura nordestina.

Devido sua importância econômica, faz-se necessário compreender os fatores que relacionam o alto preço de venda do produto e a forma como é comercializado até chegar ao consumidor final. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo fazê-lo, isto é, compreender esses fatores, estabelecendo os canais de comercialização percorridos pelo feijão-fava do varejista ao local de produção e identificar os diversos agentes participantes ao longo dos mesmos para os quatro municípios maiores produtores no Piauí, que são Tanque do Piauí, Várzea Grande, Barra D'Alcântara e Palmeirais (IBGE, 2017), bem como Teresina, maior centro consumidor do estado.

Para tanto, duas hipóteses centrais nortearam o presente trabalho: 1) O preço elevado do feijão-fava para o consumidor se dá em função do número de intermediários que participam da comercialização; 2) Apesar de constatada a diversidade socioeconômica dos municípios pesquisados, os tratos culturais com o feijão-fava são homogêneos.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O gênero *Phaseolus* (pertencente à família Fabaceae, subordem Rosidae) compreende cerca de 50 espécies. Sendo que 40 destas podem ser encontradas na América, das quais apenas quatro são cultivadas. Dessas, *Phaseolus vulgaris* L. (feijão comum) e *Phaseolus lunatus* L. (feijão-fava) são as mais importantes economicamente (López & Fernández, 1985; Ramalho, Santos, & Zimmermann, 1993).

A forma cultivada do feijão-fava pode ser anual ou perene, sendo plantada como anual. São plantas autógamas que apresentam, no entanto, uma taxa de fecundação cruzada natural elevada. A variabilidade do feijão-fava, no que diz respeito ao hábito de crescimento, é limitada; a maioria das variedades crioulas pertence ao tipo indeterminado trepador, tendo poucos determinados (anão). Características marcantes que distingue o feijão-fava dos outros tipos de feijão são as linhas que irradiam do hilo para a região dorsal da semente. As raízes se desenvolvem mais que as do feijão comum e tendem a ser tuberosas (Vieira, 1992). Além do que o estresse hídrico pode influenciar a precocidade na fase vegetativa em feijão-fava (Oliveira, Simeão, Mousinho, & Gomes, 2014).

O feijão-fava é caracterizado pela elevada variabilidade genética e elevado potencial de produção. Isso se deve a adaptação em diferentes condições ambientais, apresentando, porém, melhor desempenho em condições tropicais, de clima quente e úmido (Maquet, Vekemans, & Baudoin, 1999). A maior parte da produção é casual e o cultivo é feito em consórcio com outras culturas devido o seu hábito de crescimento indeterminado. Em áreas pequenas e dispersas, dificultando a mecanização e inviabilizando a produção em grandes áreas por ser este um aspecto bastante relevante quando se trata de produção em larga escala. Há variedades tardias, que necessitam de mais de uma colheita, garantindo assim uma segurança alimentar para o pequeno produtor. É utilizada como fonte de proteína

vegetal para a alimentação humana e de animais, sendo consumidos os grãos secos, verdes ou as vagens; sendo ainda utilizada como adubo verde ou como cultura de cobertura para a proteção do solo (Vieira, 1992).

Por ser uma cultura de sequeiro, o feijão-fava apresenta grande valor econômico porquanto possibilita o prolongamento da colheita durante a estiagem (Azevedo, Franco, & Araújo, 2003). Acredita-se que as principais razões para o cultivo relativamente limitado sejam devido à tradição de consumo do feijão comum, o paladar do feijão-fava e o seu tempo de cocção mais longo (Lymman, 1983). Acrescenta-se ainda a falta de cultivares recomendadas para as regiões produtoras (Santos et al., 2002; Guimarães, 2007; Santos, 2008)

A cultura do feijão-fava está distribuída por quase todo o território nacional. Porém, suas características de rusticidade destacam-se na região Nordeste, e a sua resistência a estiagens propicia aos nordestinos uma fonte de proteína e renda (Oliveira et al, 2014; Nascimento, Costa, Araújo, Chaves, Coelho, Paiva, Teixeira, Correia & Carneiro-da-Cunha 2008; Santos et al, 2010). No Piauí, segundo pesquisa realizada em 12 municípios com 50 produtores, 30% plantam o feijão-fava exclusivamente para consumo próprio. Os demais consomem e também comercializam o produto. Destes, 80% o fazem somente no município onde produzem (Santos et al, 2010).

No que se refere à estrutura fundiária, o Brasil apresenta uma das mais concentradas do mundo, ficando evidente quando se compara a área total das unidades familiares e a área total dos estabelecimentos do agronegócio (Fernandes, Welch & Gonçalves, 2012). Destaca-se a falta de acesso à infraestrutura e às tecnologias pela maior parte dos agricultores familiares da região Nordeste.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 evidenciam a alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares, os quais representam apenas 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total (Hoffmann & Ney, 2010).

A comercialização é apresentada como um gargalo, demandando seu desenvolvimento para o fortalecimento da agricultura familiar (Buainain, 2007; Machado & Silva, 2009). As atividades de comercialização exercem três funções sobre a matéria-prima agrícola, as quais são de três naturezas: forma, tempo e espaço. No primeiro caso, através do processamento combinam-se recursos produtivos para alterar a forma do bem; a transferência do bem ao longo do tempo dá-se com o armazenamento; e no espaço com o transporte (Mendes & Padilha Júnior, 2007). O armazenamento permite que o produtor retenha o produto e o comercialize na entressafra, quando este adquire melhor preço no mercado, possibilitando ganho para o produtor. Entretanto, o agricultor familiar no geral não

dispõe de condições físicas e financeiras para isso.

Diversos agentes participam da comercialização, sejam organizações e/ou instituições, como produtores, atacadistas e varejistas, os quais interferem na formação do preço dos bens e serviços ao longo dos canais de distribuição, que são os caminhos percorridos pelos produtos, do produtor ao consumidor, variando com o produto e com a região (Waquil, Miele & Schultz, 2010).

Para qualquer mercadoria colocada para comercialização, pode-se falar em diferentes níveis de mercado. Barros (2007) ressalta que no caso de produtos agropecuários costuma-se dar as seguintes definições: mercado do produtor, mercado atacadista e mercado varejista. O mercado do produtor é aquele em que os produtores oferecem sua produção aos intermediários e aos consumidores. O atacadista refere-se àquele segmento do mercado onde as transações mais volumosas acontecem; é nesse nível onde ocorrem as transações entre os intermediários, sendo pequena a participação de produtores e consumidores. O varejista é aquele onde os consumidores adquirem suas mercadorias. Por essas definições, os vendedores são chamados de varejistas que, colocando a mercadoria no momento, na forma e no lugar desejado pelos consumidores, constituem o último elo da cadeia de intermediários envolvidos na comercialização.

A intermediação ocorre a cada operação de compra e venda de um produto, ou seja, a cada vez que o produto muda de proprietário. Como em cada intermediação há uma variação de preços, conclui-se que, geralmente, a elevação de preços está relacionada à quantidade de intermediações. Um menor número de intermediações, conjugado com o maior número de intermediários em cada nível de intermediação, é a situação favorável a produtores e consumidores. O que, na prática, geralmente não ocorre, especialmente para a fava, devido suas condições de cultivo (Araújo, 2007).

Consumidores e produtores estão separados por muitos intermediários (processadores, armazenadores e transportadores) que se encarregam da condução da produção agrícola da região produtora até os consumidores finais. Das atividades dos intermediários resulta um custo de comercialização que será incorporado ao preço do produto para o consumidor. A margem de comercialização corresponde às despesas cobradas ao consumidor pela realização das atividades de comercialização (Barros, 2007). A margem total é a diferença entre o preço pago pelo consumidor e o preço recebido pelo produtor, que deve refletir os custos de comercialização e a porção relativa ao lucro.

Os canais de comercialização são divididos em: diretos, semidiretos e indiretos. O canal direto é caracterizado pelo contato direto entre produtor e o consumidor, não havendo participação do intermediário. No canal semidireto faz-se presente apenas um tipo de intermediário, atacadista ou varejista, o qual assume a função de comercialização do produto. O canal indireto tem como característica a existência de mais de um tipo de intermediário entre o produtor e o consumidor (Coughlan, Anderson, Stern & El-Ansary, 2002).

A comercialização do feijão fava carece de estudos que possam esclarecer esse processo e os agentes que dele participam, colaborando para o planejamento e implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Com o presente trabalho objetivou-se estabelecer os canais de comercialização percorridos pelo feijão fava do varejista ao local de produção, além de identificar os agentes participantes ao longo dos mesmos para os quatro municípios maiores produtores no Piauí, que são Tanque do Piauí, Várzea Grande, Barra D'Alcântara e Palmeirais (IBGE, 2017); e também para Teresina, maior centro consumidor do estado.

3 | METODOLOGIA

Com base no levantamento bibliográfico, foi redigida a revisão de literatura, a qual subsidiou informações sobre as características agrônômicas da cultura do feijão-fava e sobre a sua comercialização.

Através das investigações sobre as lavouras temporárias da Produção Agrícola Municipal - PAM/IBGE (IBGE, 2018), que se referem à área colhida, área plantada, quantidade produzida e rendimento médio, por município, por unidade da federação, por região geográfica brasileira e para o Brasil. Obtidos os dados secundários, foram tabelados e analisados. Estes se referem a uma série histórica de 20 anos, a qual foi dividida em dois períodos de 10 anos, o primeiro de 1997 a 2006 e o segundo de 2007 a 2016. Considerou-se ainda o período quinquenal de 2012 a 2016, que foram os anos mais recentes disponibilizados pelo IBGE até a captação dos dados utilizados para análise.

Os dados secundários obtidos serviram para direcionar a aquisição dos dados primários, conseguidos através de questionários aplicados diretamente aos agentes inseridos na cadeia de produção e comercialização do feijão-fava. Para isso, foram elaborados dois tipos de questionários, distinguidos pelo tipo de entrevistado: produtor e varejista, sendo este último diferenciado entre comerciante varejista e intermediário, os quais foram desenvolvidos na plataforma digital KoBoCollect®.

Conforme recomendações da CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa os produtores foram comunicados previamente sobre a participação voluntária. A pesquisa está cadastrada com o número do CAEE 61921516.3.0000.5214 na Plataforma Brasil.

Os questionários foram aplicados nos mercados públicos e nas feiras livres da cidade de Teresina e dos municípios de Tanque do Piauí, Várzea Grande, Barra D'Alcântara e Palmeirais, todos localizados no estado do Piauí, com o uso do aplicativo disponível para celular pela referida plataforma digital.

A determinação do número de questionários a ser aplicado por mercado seguiu o seguinte critério: 1) identificação do número de comerciantes que estavam vendendo feijão-fava em cada mercado; 2) até 10 comerciantes, todos seriam entrevistados; 3) acima de 10 comerciantes, seriam entrevistados 50% destes. Os questionários aplicados aos

varejistas e intermediários nos mercados públicos e feiras livres abordaram os seguintes aspectos: informações pessoais, tipos de feijão-fava comercializado, volume adquirido, o preço e a origem do produto. Para os produtores, as perguntas foram direcionadas à área utilizada, importância da cultura, sistema produtivo e insumos utilizados para o cultivo, e o destino da produção. Os dados foram requisitados para os anos de 2016, 2017 e 2018.

Na cidade de Teresina, os questionários para os varejistas e os intermediários foram aplicados em quatro zonas da cidade (Centro, Sul, Sudeste e Norte), em sete mercados públicos, os quais foram escolhidos segundo a presença de comerciantes de feijão fava, mais a CEASA - Central de Abastecimento do Piauí. A aplicação resultou em 40 questionários, (Tabela 1), confirmando Teresina como maior centro consumidor do feijão fava.

Nome do mercado	Número de questionários	
	Varejista	Intermediário
CEASA	4	-
Mercado Central	9	1
Mercado do Dirceu I	4	-
Mercado do Mafuá	3	1
Mercado do Parque Piauí	8	-
Mercado da Piçarra	5	-
Mercado do São Joaquim	1	-
Mercado da Vermelha	4	-
Total	40	

Tabela 1: Questionários aplicados na CEASA e nos mercados públicos de Teresina-PI

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Faz-se necessário ressaltar que se considerou intermediário o atacadista, aquele comerciante que trabalha com quantidades maiores do feijão fava e que passa nos mercados oferecendo o produto aos varejistas. Esse comerciante geralmente não tem ponto de venda nos mercados públicos, como constatado com os dois entrevistados em Teresina. No município de Tanque do Piauí o questionário foi aplicado em um comércio varejista. Em Várzea Grande, Barra D'Alcântara e Palmeirais os questionários foram aplicados em seus respectivos mercados públicos (Tabela 2). Foram aplicados, considerando-se produtores, intermediários e varejistas, 75 questionários.

Município	Número de questionários		
	Varejistas	Intermediários	Produtor
Barra D'Alcântara	2	-	3
Tanque do Piauí	-	1	3
Várzea Grande	3	-	11
Palmeirais	04		08
Total	09	1	25

Tabela 2: Questionários aplicados nos municípios de Barra D'Alcântara, Tanque do Piauí, Várzea Grande e Palmeirais.

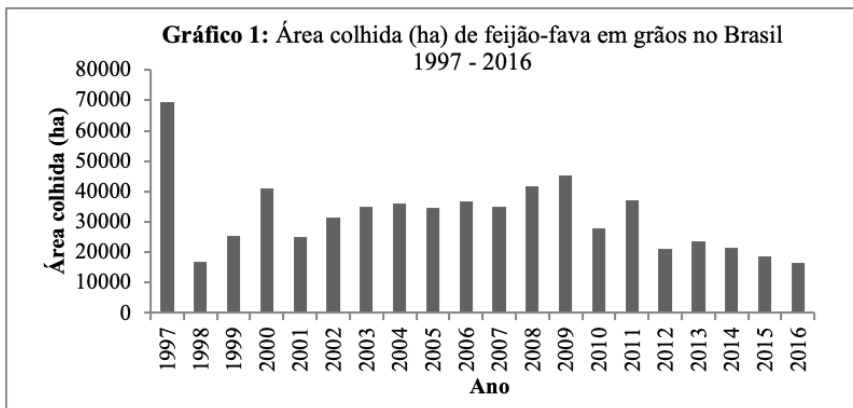
Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Realizou-se uma roda de conversa com os produtores dos municípios de Barra D'Alcântara, Tanque do Piauí e Várzea Grande com o intuito de expor a importância da conservação das sementes do feijão-fava para preservação do seu patrimônio genético e sobre comercialização do feijão-fava nos três municípios.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

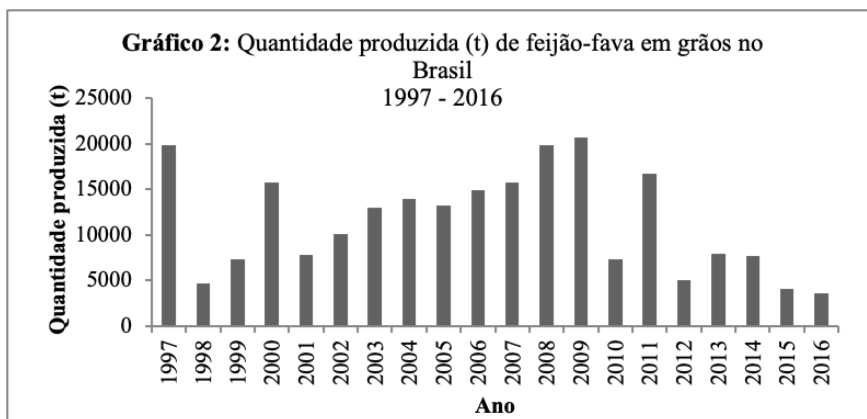
Conforme levantamento dos dados secundários da PAM/IBGE (IBGE, 2018) observou-se que a área colhida de feijão-fava no Brasil teve o ponto máximo no ano de 1997 (Gráfico 1), considerando-se a série histórica de 1997-2016. Este fato pode estar relacionado às políticas públicas da época, uma vez que em 1994, foi criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAF, cujo objetivo foi destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos agricultores familiares, a fim de melhorar as condições econômicas dos municípios e viabilizar a permanência dos agricultores nas atividades produtivas (Avoldi, 2010). O programa começou a vigorar a partir de 1997.

Entretanto, registrou-se em 1997 uma queda bem acentuada na área cultivada, passando de 69.585 ha para 17.007 ha em 1998, o que corresponde a um decréscimo de mais de 75% em apenas um ano.



Fonte: PAM/IBGE, 1997-2016

No que diz respeito à quantidade produzida de feijão-fava em grãos no Brasil, os anos de 1997, 2008 e 2009 foram os que se destacaram na produção no período de 20 anos (1997-2016). Houve uma queda na produção de mais de 75% no ano de 1998 em relação ao ano anterior, o qual, como dito anteriormente, foi o ano de maior área destinada à produção de feijão-fava na série histórica considerada. (Gráfico 2).



Fonte: PAM/IBGE, 1997 - 2016

No entanto, as reduções da produção na safra de 1998 puderam também ser observadas para outras culturas, como por exemplo, para o feijão-caupi e o arroz.

Segundo IBGE (2004), observou-se que a cultura do feijão-caupi apresentou grandes perdas na safra de 1998, com o índice alcançando 16,83%, correspondendo a 443.441 toneladas perdidas. A safra arrozeira desse ano teve um índice de perdas de 12,71%. Devido a essas perdas, deixaram de ser colhidas 1.124.786 toneladas de arroz, e o principal motivo foram intensas chuvas ocorridas no sul do País, responsável por cerca

de 50% da produção brasileira. Para a cultura do milho, nos estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, registraram-se grandes perdas em 1998.

Foi constatado que, até finais do século XX, o ano de 1998 foi o mais quente desde o início das observações meteorológicas em 1861, com +0.54°C acima da média histórica de 1961-90. Este fato pode estar relacionado com o fenômeno El Niño de 1997/98, que provocou fortes chuvas, ocasionando enchentes no Sul do Brasil (Marengo et al., 2006)

O El Niño caracteriza-se pelo aquecimento das águas superficiais do oceano Pacífico Tropical Central e do Leste, causando na região Nordeste-Amazônia do Brasil secas e, no Sul, mais chuvas. As regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram períodos irregulares com relação à distribuição de chuvas (veranicos) e temperatura do ar (acima da média). A seca do Nordeste em 1998 também foi influenciada pelo fenômeno El Niño (Marengo et al., 2006). No semiárido nordestino, essa variação climática, em particular as situações de seca, sempre é sinônimo de dissabores nas populações rurais do interior da região, e tem sido objeto de preocupação da sociedade e do governo ao longo dos anos.

Dito isto, considera-se que os acontecimentos climáticos do ano de 1998 são a explicação mais provável para o decréscimo na produção tanto de feijão-fava quanto das outras culturas citadas, apesar dos incentivos dados pelo governo à agricultura familiar. Infere-se que, em decorrência das condições climáticas desfavoráveis ocasionadas pela seca, tenha levado os produtores a utilizar recursos para outras atividades, como a pecuária, ou simplesmente para sobrevivência em meio à escassez hídrica, realidade pungente do semiárido nordestino. Em valores absolutos, os anos de 2015 e 2016 apresentaram a menor área colhida e a menor produção de grãos de feijão-fava no Brasil.

Segundo levantamento feito pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), a seca que castigou o semiárido brasileiro de 2012 a 2017, em especial o sertão do Nordeste, foi a pior da história já registrada no Brasil (Rebello, 2018). Portanto, a conclusão do ciclo do feijão-fava ficou prejudicada, posto que no período de maior necessidade da cultura, como dito anteriormente, não houve suprimento de água pela chuva. As consequências desse fato foram reduções na produção nos anos em que perdurou a seca (2012 - 2016), conforme evidenciado pelo Gráfico 2.

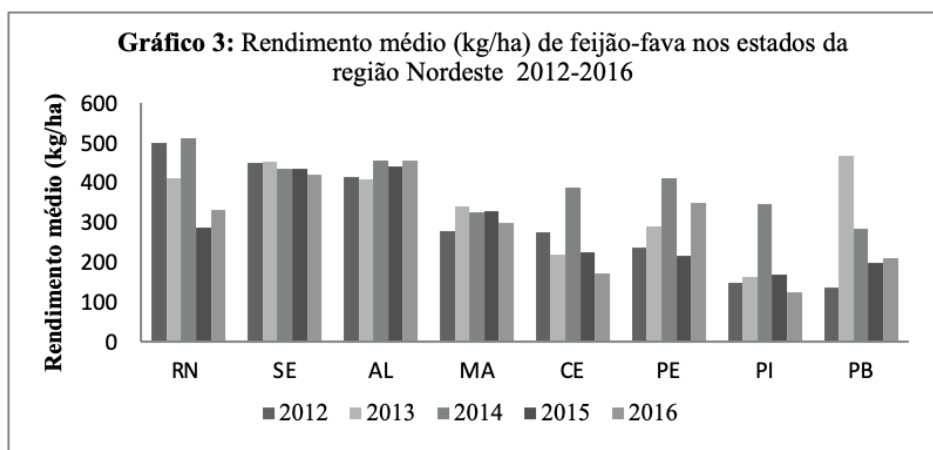
Paralelamente, constata-se o problema da questão sucessória na agricultura familiar, que acontece quando a formação de uma nova geração de agricultores perde os traços culturais trazidos de seus antepassados, esbarrando no dilema de escolha e opção sob os novos padrões da vida no campo. E, assim, pela insuficiência dos ganhos para manterem seu padrão de consumo, cada vez mais optam por ocupação em atividades assalariadas, geralmente nas cidades, o que fortalece a tendência de ter-se um espaço rural cada vez mais esvaziado e envelhecido (Puntel, Paiva & Ramos, 2011).

Essas duas situações contribuem para que os produtores deem preferência a outras culturas e a diferentes atividades, devido à influência cultural e financeira destas em detrimento ao feijão-fava.

A região Nordeste no Brasil destacou-se na produção de feijão-fava, no período de 2012 a 2016, com a participação relativa mínima de 88% e a máxima de 99%, na quantidade produzida, no referido período.

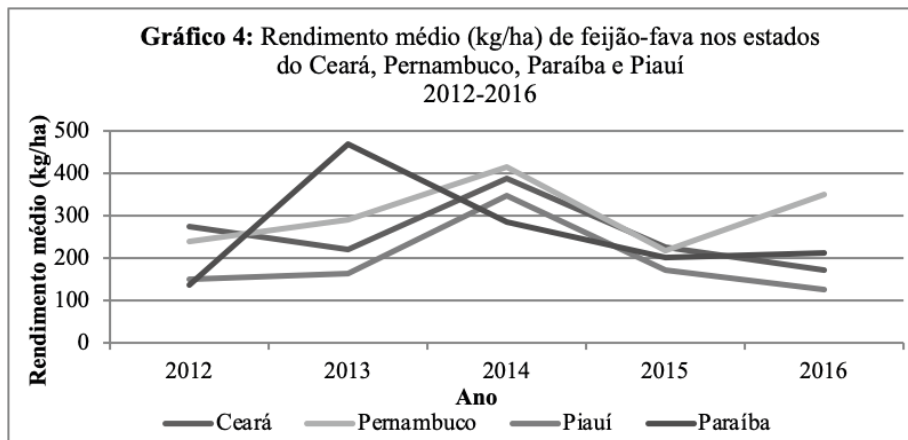
Os estados com maior produção no Nordeste são os estados da Paraíba (PB), Ceará (CE), Pernambuco (PE) e Piauí (PI). Ao decorrer dos anos de 2012 a 2016, a Paraíba e o Ceará se revezaram na primeira posição no ranking de produção de feijão-fava em grãos, sendo que a Paraíba ocupou repetidas vezes a primeira colocação. A produção dos estados da Paraíba e do Ceará corresponde a mais de 60% da produção total do Brasil no período citado.

Entretanto, quanto ao rendimento médio, esses mesmos quatro estados apresentaram desempenho inferior aos estados do Rio Grande do Norte (RN), Sergipe (SE), Alagoas (AL) e Maranhão (MA), os quais se encontram em situação inferior em relação à produção e área colhida (Gráfico 3). Nota-se que além da produtividade ser menor, há também uma maior variação no decorrer dos anos para os quatro maiores produtores, evidenciando que não há uma preocupação com o incremento de produtividade pelos produtores.



Fonte: PAM/IBGE, 2012-2016

A baixa produtividade pode ser atribuída ao fato de a produção ser oriunda de pequenos produtores, em consórcios, sem adoção de tecnologias que visem o aumento da produtividade. Além disso, pode-se atribuir este resultado às variedades utilizadas pelos produtores, como nos resultados encontrados por Santos et al. (2002). Destaca-se que o Piauí apresentou o menor rendimento para o período entre os quatro estados, sendo que o maior rendimento médio alcançado pelo Piauí ainda foi inferior aos demais (Gráfico 4).



Fonte: PAM/IBGE, 2012-2016

A fim de compreender os dados sobre a utilização da terra para o cultivo de feijão-fava, lançou-se mão de informações sobre a estrutura fundiária do Piauí (Tabela 3), observando-se a discrepância na participação relativa entre o número de estabelecimentos e a área, referentes à agricultura familiar e patronal. Na agricultura familiar, a área média por estabelecimento foi de menos de 20 ha, enquanto a agricultura patronal a área média foi de 233 ha.

Unidade da Federação/ Municípios	Agricultura familiar		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Piauí	220.735	3.759.492	24.643	5.747.106
Teresina	17.953	122.948	2.620	320.695
Palmeirais	1.344	10.130	102	18.798
Barra D'Alcântara	583	9.323	26	1.957
Várzea Grande	542	8.418	35	1.679
Tanque do Piauí	378	6.857	44	2.638

Tabela 3: Número de estabelecimentos e área (ha): Piauí e municípios maiores produtores de feijão fava – 2006

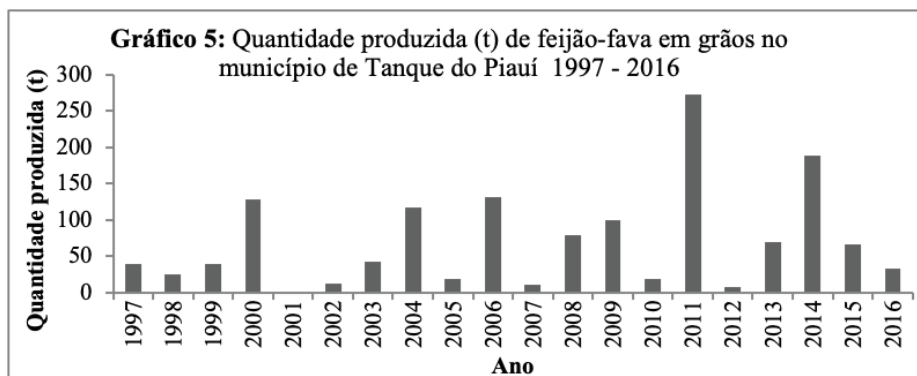
Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Em relação à série histórica estudada, no Piauí houve uma queda correspondente a quase 60% de toda a área colhida comparando-se os extremos da série – 1997 e 2016, porquanto esse primeiro ano registrou-se área destinada à cultura do feijão-fava de 4.303 ha, enquanto no último havia apenas 1.727 ha. Comparando-se os dois períodos de dez anos, o decréscimo ocorrido no primeiro foi maior em relação ao segundo, pois se registrou 24% de diminuição de área, enquanto nos últimos dez anos a baixa registrada foi de 8,7%.

Os anos de 1997 e 2009 se destacaram pelos picos de produção, somando o equivalente a 1.186 e 760 toneladas, respectivamente, de feijão-fava em grãos no estado do Piauí.

O município de Tanque do Piauí, PI apresentou um crescimento contínuo em relação à área colhida de feijão-fava, em contraste à situação do estado do Piauí e do Brasil, que registraram quedas acentuadas. Esse município apresenta situação singular, posto que, no início da série histórica – 1997 a 2006, não esteve sequer entre os primeiros cinco municípios piauienses com maior produção. Nos anos seguintes, destacou-se, porém, como o maior produtor de feijão-fava no estado do Piauí.

Em relação a 1997, o ano de 2016 apresentou um crescimento de 69% na produção de feijão-fava em Tanque do Piauí, PI. O ano de 2011 (Gráfico 5), foi o ano de maior produção do município, somando o equivalente a 273 toneladas de grãos que correspondem a uma percentagem de 24,4%, isto é, quase um quarto da produção total do Piauí concentrada apenas em um único município.



Fonte: PAM/IBGE, 1997-2016

De acordo com os resultados dos questionários aplicados, os produtores entrevistados apresentaram idade mínima de 35 anos e máxima de 79 anos. Mais de 40% deles tinham mais de 60 anos, evidenciando a importância dos mais velhos na atividade, sendo eles também aqueles que podem passar adiante os conhecimentos sobre a cultura. Os produtores ressaltaram que os jovens não têm interesse em participar do cultivo do feijão-fava como mão de obra, sendo esta constituída pelos mais velhos, os quais, por problemas de saúde, acabam abandonando a prática. Quanto ao grau de instrução, 80% dos entrevistados têm o ensino fundamental, 8% o ensino médio, e 12% sem instrução.

A produção é realizada em pequenas áreas, de no máximo dois hectares, utilizando enxada, foice, facão, enxadeco, e apenas três produtores fizeram referência ao uso do arado. Quanto ao manejo da cultura, 100% dos produtores não fazem correção do solo, 96% não utilizam adubação e 84% não usam defensivos agrícolas. Todos os produtores utilizam o tutor, destacando-se o milho e a palmeira Babaçu (*Attalea ssp.*).

A semente utilizada é predominantemente do próprio agricultor (88%), havendo quem a adquira de terceiros (8%). Segundo Oliveira et al. (2016), a semeadura da cultura de feijão-fava e milho na mesma cova proporciona maior produtividade de grãos ao feijão-fava. Nesta condição, o milho favorece o crescimento do feijão-fava, melhorando a distribuição das suas folhas ao longo do caule do milho e reduz a competição por luz. Os agricultores destacaram que o solo mais adequado para condução da cultura seriam solos pedregosos, possibilitando desempenho superior do feijão-fava nestes, em comparação ao que ocorre em solos mais aerados.

A informação do produtor sobre o ciclo da cultura variou de cinco a oito meses. A produção média por produtor em 2016 foi de 230,20 kg, com a produção máxima de 960 kg, ressaltando-se que oito dos produtores consumiram 100% da produção obtida. Para o ano de 2017, a produção média por produtor foi de 371,50 kg e atingiu a máxima de 1.080 kg, sendo que apenas um deles comercializou o equivalente a 5% da produção.

No que se refere à importância da produção para o produtor, destaca-se o consumo para 48% dos entrevistados, 12% citaram a venda como sendo seu primeiro objetivo, 20%, o consumo e venda, e 20% não responderam. No entanto, percebeu-se que o feijão-fava é usado como moeda de troca, uma vez que, vários produtores fizeram referência que vendem o produto para adquirir outros alimentos. A atividade é desenvolvida sem assistência técnica, dependendo exclusivamente da condução do produtor.

As perdas na produção alcançaram uma média de 48% nos anos de 2016 e 2017. O principal motivo atribuído pelos agricultores para essa perda foi a falta de chuva no período de floração e do enchimento de grãos. No entanto, juntamente com a falta de adoção de tratamentos culturais e utilização de ferramentas simples, pode-se considerar que esses fatores se retroalimentam, impedindo inclusive que em anos mais chuvosos se obtenha uma maior produtividade.

Dentre os temas abordados durante a roda de conversa realizada com os produtores, estavam informações sobre o manejo necessário para um bom desempenho da cultura, como o melhor solo para o cultivo, isto é, o tipo mais adequado, a melhor forma de prepará-lo, além dos tratamentos culturais necessários. Também foi possível ouvir os conhecimentos próprios e tradicionais dos produtores locais, quando puderam expressar sua opinião acerca do que garante uma boa lavoura. Os agricultores evidenciaram o seu anseio por receber assistência técnica, posto que não estão disponíveis no município profissionais capacitados para fornecer tal serviço.

A comercialização da produção é realizada com intermediários, em feiras livres, pequenos comércios, e com os vizinhos. A maioria dos entrevistados demonstrou não ter condições de reter os grãos a fim de vender o produto quando o preço estiver em alta, proporcionando assim, sua margem de comercialização.

Esses aspectos somados contribuem para a baixa produtividade registrada na Pesquisa Agrícola Municipal – PAM/IBGE, como citado na metodologia. São pequenas

áreas, muitas vezes menores que um hectare, cultivadas com o mínimo de manejo, dependente da chuva e sem objetivo de comercialização, o que reduz o interesse por investir em qualidade e expansão da produção de feijão-fava. Além disso, as dificuldades de cultivo aliadas às perdas pela chuva, resultando em baixo retorno econômico, são incentivadores para o abandono da cultura como atividade rentável, permanecendo ainda por tradição.

Quanto aos questionários aplicados aos varejistas e intermediários, a maioria foi aplicada nos mercados públicos. Os vendedores são chamados de varejistas porque, colocando a mercadoria no momento, na forma e no lugar desejado pelos consumidores, constituem o último elo da cadeia de intermediários envolvidos na comercialização (Assunção & Wander, 2015).

Entre os varejistas entrevistados, o perfil predominante foi de homens, com instrução de nível médio. Considerando-se varejistas e intermediários, um terço destes está com menos de cinquenta anos, possivelmente com familiares mais jovens contribuindo com o trabalho na atividade.

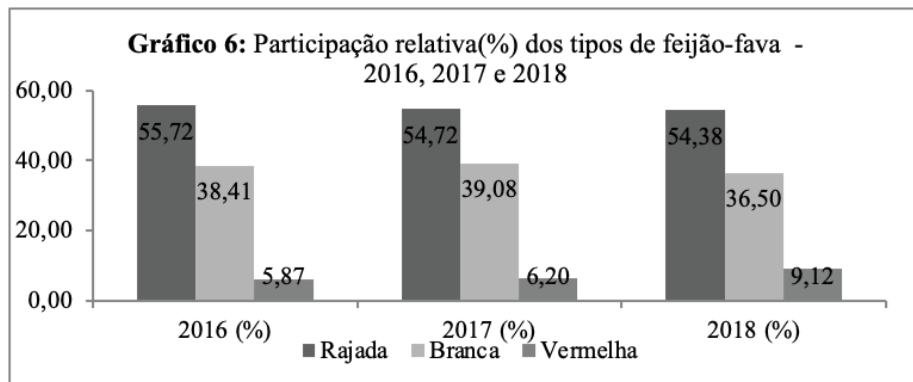
Além do feijão-fava, 95,74% dos varejistas comercializam feijão caupi (*Vigna unguiculata* L. Walp.), destacando-se a preferência pela cultivar sempre verde entre os consumidores dos mercados pesquisados. Os varejistas entrevistados adquirem o feijão-fava dos intermediários, ressaltando-se que em Teresina apenas quatro (10,53%) citaram que compram o feijão-fava do produtor. Mesmo nos municípios produtores, os varejistas compram dos intermediários, a exceção de Palmeirais, onde a maioria dos entrevistados (75%) compra dos produtores. A aquisição é realizada no próprio mercado. O responsável pelo transporte é o vendedor; apenas 21,27% dos entrevistados citaram ser do comprador a responsabilidade pelo transporte. No entanto, a maioria absoluta dos entrevistados ressaltou que o preço do transporte está incluso no preço de compra.

Em relação à preferência dos consumidores, a aceitação do produto varia em função do preço, do sabor, da cor, do tamanho e da uniformidade dos grãos. Este último se refere à qualidade dos grãos que, por sua vez, corresponde ao estado do produto, ou seja, se os grãos estavam íntegros, sem manchas e isentos de deterioração causada por insetos.

Os varejistas entrevistados em Teresina citaram os municípios piauienses de Barro Duro, Tanque do Piauí, Várzea Grande, Regeneração, Amarante, Jaicós, Pedro II, São Raimundo Nonato, Picos, São Pedro do Piauí e Marcolândia, e os municípios cearenses de Viçosa do Ceará, São Benedito, e Campos Sales como sendo o lugar de origem do feijão-fava. Outros estados como Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará (sem especificação de municípios) também foram citados.

No que se refere a aquisição de grãos secos nos anos de 2016 a 2018, o tipo rajada obteve maior percentual em relação ao total adquirido para comercialização. A classificação rajada abrange algumas variedades do feijão-fava, como fígado-de-galinha, boca-de-moça, olho-de-ovelha, pintada e mulatinha. Alguns entrevistados ainda diferenciaram o tipo rajada

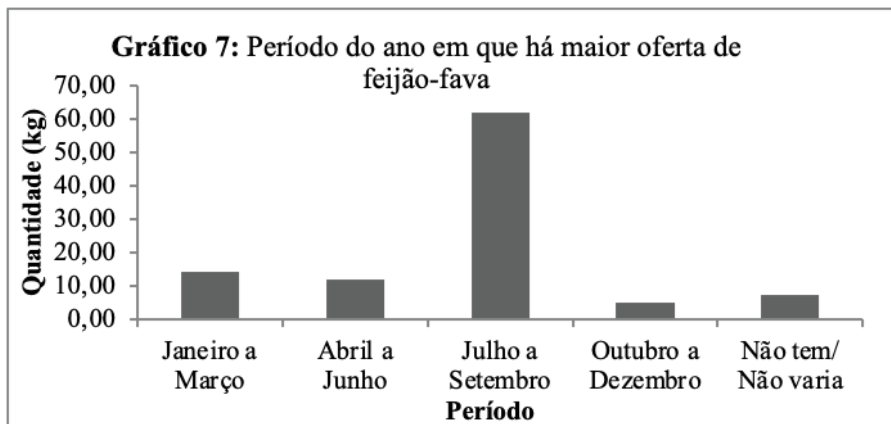
entre rajada clara e rajada escura. Há também os tipos branco e vermelho. Os percentuais de participação relativa de cada tipo de feijão-fava estão expostos no Gráfico 6.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

O preço do feijão-fava varia ao longo do ano, como acontece com os demais produtos agrícolas, em função da sazonalidade da oferta, ressaltando-se a total dependência da cultura às condições climáticas. Os preços nos mercados agrícolas tendem a ter uma volatilidade por estarem atrelados à produção, a qual é influenciada por eventos exógenos e não controláveis pelos produtores, tais como o clima, pragas e infestações de insetos (Assunção & Wander, 2015).

O período de preços mais baixos do feijão-fava coincide com o período de safra, ou seja, nos meses de maior oferta do grão (Gráfico 8). Esse período equivale ao terceiro trimestre do ano, que é época da sua colheita. Se por um lado é o pior momento para os produtores comercializarem o produto, por outro, é o melhor momento para os intermediários o adquirirem a preços mais favoráveis, podendo estender a margem de comercialização até mais de 100% em relação ao preço pelo qual é adquirido do produtor. Por consequência, o período do ano em que há aumento no preço coincide com a época de entressafra, ou seja, quando há uma menor oferta do produto.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Como foi dito anteriormente os preços praticados nos mercados variam ao longo do ano. A média anual dos preços do feijão-fava no varejo pode ser visualizada na Tabela 4.

Ano	2016	2017	2018
Máximo	R\$ 35,00	R\$ 27,00	R\$ 12,00
Mínimo	R\$ 10,00	R\$ 5,00	R\$ 5,00
Média	R\$ 20,55	R\$ 17,51	R\$ 8,34

Tabela 4: Variação de preços por quilograma (Kg) do feijão-fava no varejo nos municípios pesquisados

Fonte: Elaborado pelos autores, 2020

Observa-se na Tabela 4 uma diferença absoluta e relativa bem acentuada nos preços máximos e mínimos para os anos de 2016 e 2017. No ano de 2016, conforme ressaltado pelos entrevistados, o preço da saca de 60 Kg chegou ao valor máximo de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), devido à baixa oferta pelos produtores e alta procura no mercado. Essas informações são confirmadas pela PAM/IBGE (IBGE, 2018), a qual evidencia que a menor quantidade produzida de feijão-fava foi registrada em 2016 (Gráfico 2). Para o ano de 2018, em decorrência de uma maior oferta do produto, tem-se uma média de preço praticada bem mais baixa.

As margens de comercialização deveriam refletir os serviços realizados pelos agentes para agregar valor ao produto, no entanto, as intermediações são responsáveis apenas pela mudança de preço, sendo que o produto não recebe nenhum tratamento. A diferença que há entre o preço do produto, quando em posse do produtor e quando chega às mãos do consumidor final, é explicada pela presença do intermediário. A partir das informações coletadas, infere-se que o atacadista é o agente com maior possibilidade de ganho, uma vez que ele armazena o produto em quantidades maiores, e vai disponibilizando

à medida que o mercado demanda, inclusive interferindo na dinâmica do mesmo.

A fim de ilustrar a atuação do intermediário no aumento de preço, cita-se o seguinte exemplo, fornecido pelos entrevistados: o quilograma de feijão-fava nos mercados de Teresina está sendo comercializado a R\$12,00 (doze reais), tendo como origem a cidade de Várzea Grande. Nessa cidade, o quilograma do produto é comercializado a R\$ 4,00 (quatro reais) pelo produtor. Até chegar às mãos do consumidor final, esse produto passa por, no mínimo, dois intermediários; um que compra de vários produtores e leva para revender na cidade de Teresina; e outro, que recebe o produto e o distribui nos mercados públicos da cidade. Pode haver ainda um intermediário entres esses dois, situação muito comum conforme relato dos entrevistados. Ele recebe o produto do primeiro intermediário e o leva a CEASA, onde aquele segundo intermediário adquire o feijão-fava, repassando-o, então, para os varejistas dos mercados públicos. Há um incremento de preço a cada negociação no canal percorrido pelo feijão-fava, justificando a variação de R\$8,00 (oito reais) que existe desde a origem do produto até o consumidor final.

Das três funções exercidas pela comercialização, segundo Mendes e Padilha Júnior, (2007), foi constatado na obtenção dos dados primários que não há alteração da forma, porquanto o feijão-fava não passa por processamentos até chegar ao consumidor final. O armazenamento do produto é realizado em tambores ou sacos até ser comercializado ou repassado para o intermediário. O transporte do produto é feito pelos intermediários, sem embalagens próprias, da mesma forma como é armazenado. O intermediário dispõe de capital comercial para guardar o produto e disponibilizá-lo para o mercado em um momento que o proporcione maiores lucros, inclusive comprando não apenas dos municípios piauienses, mas de outros estados, com o intuito de regular a oferta.

O aumento de preço do feijão-fava é influenciado pela presença de uma cascata de intermediários, que aumentam o preço do produto em cada intermediação. A sucessão de intermediários é o canal de comercialização utilizado, denotando a ausência de organização do produtor e de políticas públicas que permitam a este uma comercialização com maiores ganhos.

5 | CONCLUSÕES

Constatou-se que ocorreu uma redução acentuada na área colhida e na produção de feijão-fava para o Brasil, incluindo o estado do Piauí e para o município de Tanque do Piauí, o maior produtor do referido estado, nos últimos 20 anos (1997-2016). Assim, as políticas públicas não foram eficientes para o desenvolvimento da cultura o que pode também estar associado à estrutura fundiária, no período considerado.

No quinquênio (2012-2016) o Piauí destacou-se entre os quatro maiores produtores, também com a maior área colhida; entretanto, o rendimento médio é o segundo menor. Pôde-se confirmar que a cultura do feijão-fava é conduzida sem a adoção de tratos

culturais, com a utilização de enxada, foice e facão. Ressalta-se o alto percentual de perda da cultura, sendo mais um fator responsável pelo aumento do preço.

O produtor entrevistado apresentou um nível de escolaridade mais baixo, quando comparado aos intermediários e varejistas, o que, em tese, poderia dificultar sua percepção de mercado, associado ao fato de que, no geral, os produtores têm menos informação sobre o mercado do que os intermediários e os varejistas, estes últimos, favorecidos pelo contato com o consumidor final.

Conclui-se que a presença do intermediário, em decorrência da desorganização da cadeia produtiva, penaliza o produtor pela ausência de condições deste de reter o produto para comercializá-lo em um momento mais favorável. Assim sendo, este é o principal fator que condiciona o alto preço de venda do produto no varejo, confirmando a primeira hipótese apresentada.

REFERÊNCIAS

Araújo, M. J. (2007). **Fundamentos de agronegócios** (2a ed.). São Paulo: Atlas S.A.

Assunção, P. E. V., & Wander, A. E. (2015). Análise dos Canais de Comercialização do Feijão Comum dos Polos de Produção da Região Leste do Estado de Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, 33, 63-77.

Azevedo, J. N., Franco, L. J. D., & Araújo, R. O. C. (2003). Composição química de sete variedades de feijão fava. **Comunicado técnico**, 1-4.

Barros, G. S. de C. (2007). **Economia de Comercialização Agrícola**. Piracicaba: FEALQ/USP.

Buainain, A. M. (Coord.) (2007). **Agricultura familiar e inovação tecnológica no Brasil: características, desafios e obstáculos**. Campinas: Unicamp.

Coughlan, A. T., Anderson, E., Stern, L. W., & El-Ansary, A. I. (2002). **Canais de marketing e distribuição** (6a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Fernandes, B. M., Welch, C. A., & Gonçalves, E. C. (2012). **Políticas fundiárias no Brasil: Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil** (2a ed.). Roma: International Land Coalition.

Guimarães, W. N. R. (2007). **Caracterização morfológica e molecular de acessos de feijão fava (*Phaseolus lunatus* L., Fabaceae) da Coleção de Germoplasma do Departamento de Agronomia da UFRPE**. Tese de doutorado, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Hoffmann, R., & Ney, M. G. (2010). **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.

IBGE. (2004). **Indicadores Agropecuários 1996-2003**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. (2006). **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro: IBGE.

IBGE. (2018). **Produção Agrícola Municipal**. Recuperado em 13 abril, 2018, de <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>.

Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. (2006). Subchefia Para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Brasília.

López, M., & Fernández, F. (1985). **Frijol: investigación y producción**. Califórnia: CIAT.

Lymman, J. M. (1983). Adaptations studies on lima bean accessions in Colombia. **Journal of the American Society for Horticultural Science**, 108 (3), 369-373.

Machado, M. D., & Silva, A. L. (2009). Canais de Distribuição para produtos da Agricultura Familiar. In: Sousa, H. M., Filho, & Batalha, M. O. (Orgs.). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos: Ed. UFSCAR.

Maquet, A., Vekemans, X. Z., & Baudoin, J. P. (1999). Phylogenetic study on wild allies of lima bean, *Phaseolus lunatus* L. (Fabaceae) and implications on its origin. **Plant Systematics and Evolution**, 218 (1-2), 43-54.

Marengo, J. A. (2007). **Mudanças Climáticas Globais e seus Efeitos sobre a Biodiversidade: Caracterização do Clima Atual e Definição das Alterações Climáticas para o Território Brasileiro ao Longo do Século XXI**. (2a ed.). Brasília: MMA.

Mendes, J. T. G., & Padilha, J. B., Jr. (2007). **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

Nascimento, C. O., Costa, R. M. P. B., Araújo, R. M. S., Chaves, M. E. C., Coelho, L. C. B. B., Paiva, P. M. G., Teixeira, J. A., Correia, M. T. S., & Cunha, M. G. C. da. (2008). Optimized extraction of a lectin from *Crataeva tapia* bark using AOT in isooctane reversed micelles. **Process Biochemistry**, 43, 779-782.

Oliveira, A. E. S., Simeão, M., Mousinho, F. E. P., & Gomes, R. L. F. (2014). Desenvolvimento do Feijão fava (*Phaseolus lunatus* L.) sob déficit hídrico cultivado em ambiente protegido. **Holos**. Natal, 1 (30), 143-150.

Oliveira, R. F. de, Ribeiro, M. C. C., Silva, F. D. B. da, Rocha, R. G. L., & Silva, E. de, C. da (2016). Produtividade de variedades crioulas de fava e milho consorciados em diferentes arranjos populacionais. **Anais da II Semana Universitária UNILAB**, CE/BA, Brasil.

Puntel, J. A., Paiva, C. A., N., & Ramos, M. P. (2011). Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos**, Brasília, DF, Brasil, 1 - 20.

Ramalho, M. A. P., Santos, J. B. dos, & Zimmermann, M. J. de O. (1993). **Genética quantitativa em plantas autógamas: aplicações no melhoramento do feijoeiro**. Goiânia: Ed. da UFG.

Rebello, A. (2018). **Seca de 2012 a 2017 no semiárido foi a mais longa na história do Brasil**. Recuperado em 21 novembro, 2018, de <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/03/03/seca-de-2012-a-2017-no-semiarido-foi-a-mais-longa-da-historia.htm>>.

Santos, C. A. (2010). Aspectos Socioeconômicos. In: LOPES, A. C. de A., Gomes, R. L. F., & Araújo, A. S. **A Cultura do Feijão Fava no Meio Norte do Brasil**. Teresina: UFPI, 237-263.

Santos, D., Corlett, F. M. F., Mendes, J. E. F., & Wanderley, J. S. A., Jr. (2002). Produtividade e morfologia de vagens e sementes de variedades de fava no Estado da Paraíba. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**. Brasília, 37 (10), 1407-1412.

Santos, J. O. (2008). **Divergência genética em feijão fava** (*Phaseolus lunatus*). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil.

Savoldi, A., Cunha, L. A. (2010). Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, 5 (1), 25-45.

Vieira, R. F. (1992). A cultura do feijão fava. **Informe agropecuário**, Belo Horizonte, 16 (174), 30-37.

Waquil, P. D., Miele, M., & Schultz. (2010). Gestão e estratégias de comercialização de produtos agrícolas. In: **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**. Porto Alegre: UFRGS, 55-66.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação coletiva 4, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51

B

Banco 4, 4, 5, 8, 11, 18, 54, 68, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 139, 157, 211, 224, 226, 241, 242, 243, 318

Bitcoin 4, 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Blockchain 2, 8, 12

BNDES 77, 80, 81, 82, 86, 87

Brasil 4, 5, 7, 4, 5, 9, 10, 11, 12, 45, 77, 78, 80, 82, 86, 87, 108, 109, 113, 114, 116, 117, 119, 121, 126, 130, 142, 144, 145, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 181, 182, 184, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 200, 201, 202, 203, 214, 215, 224, 226, 228, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 276, 280, 288, 289, 290

BRDE 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87

C

Café 7, 175, 207, 208, 209, 210, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 280, 281, 287, 288, 289, 290

Capital humano 6, 32, 161, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 286

Capitalismo 39, 44, 46, 49, 50, 51, 162, 164, 166, 170

Cartão de crédito 6, 7

Cesta Básica 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Chá 7, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 274, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 287, 288

Conhecimento 2, 10, 12, 29, 45, 50, 106, 107, 109, 115, 155, 156, 163, 166, 174, 177, 184, 211, 213, 215, 217, 218, 224, 225, 226, 227, 239, 240, 241, 242, 243, 249, 279

Consumidores 7, 9, 14, 109, 111, 119, 120, 174, 187, 197, 204, 206, 211, 263, 309

Consumo 9, 18, 22, 119, 120, 130, 131, 135, 136, 164, 176, 184, 186, 192, 196, 205, 211, 258, 268, 274, 280, 290, 308, 312, 314, 315

COVID-19 5, 128, 129, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 288

Crescimento 3, 3, 6, 28, 31, 32, 34, 35, 40, 41, 42, 53, 77, 78, 79, 81, 83, 85, 109, 128, 142, 143, 164, 166, 168, 174, 176, 180, 182, 185, 195, 196, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 268, 276, 279, 284, 291

Criptomoedas 1, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 152

Crise 3, 4, 5, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 81, 82, 83, 142, 144, 145, 146, 149, 150, 151, 152, 154, 159, 162, 164, 165, 167, 168, 170, 225, 248, 249, 291, 292

D

Demanda 7, 79, 82, 86, 120, 122, 126, 138, 139, 175, 176, 200, 232, 278, 284

Democracia 43, 44, 45, 46, 50, 51

Desenvolvimento 1, 3, 4, 7, 1, 2, 3, 6, 11, 28, 33, 35, 41, 42, 43, 47, 53, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 107, 109, 111, 113, 157, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 184, 186, 200, 201, 202, 206, 207, 214, 215, 217, 218, 219, 224, 225, 226, 227, 228, 230, 241, 242, 249, 265, 266, 267, 270, 271, 272, 276, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 318

Desindustrialização 5, 160, 161, 163, 164, 166, 170, 171

DevOps 5, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105

Dinheiro 4, 1, 2, 4, 8, 10, 11, 12, 108, 151, 154, 157, 158, 166

E

Economia 1, 3, 6, 26, 28, 29, 39, 40, 41, 42, 43, 52, 53, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 110, 111, 112, 113, 143, 145, 157, 160, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 180, 184, 201, 206, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 224, 226, 227, 228, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 249, 251, 264, 266, 270, 271, 273, 274, 277, 279, 282, 286, 291, 292, 302, 318

Educação 6, 33, 41, 42, 46, 49, 173, 210, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 318

Empreendedorismo 4, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 230, 250

Empresa 4, 7, 9, 27, 108, 109, 114, 115, 116, 167, 174, 178, 229, 230, 231, 232, 235, 238, 244, 253, 254, 258, 261, 264, 267, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301

Espanha 32, 33, 53, 296, 299

Estados Unidos 4, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 36, 40, 41, 80, 82, 108, 114, 130, 145, 162, 167, 215, 270, 308, 315

F

Falência 7, 143, 291, 292, 293, 294, 296, 298, 299, 302, 303, 304

G

Gênero 4, 36, 39, 40, 42, 43, 45, 46, 49, 157, 185, 211

Globalização 1, 3, 6, 12, 45, 52, 162

I

Inovação 6, 1, 4, 6, 28, 32, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 201, 218, 225, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 284, 286, 288, 318

Insumos 85, 142, 166, 189, 210, 261, 266, 268, 269, 270, 284, 287, 288

Investimento 29, 33, 34, 78, 79, 84, 85, 109, 142, 143, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 168, 169, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 222, 223, 225, 226, 243, 274, 279

L

Logística 79, 84, 267, 270, 284

M

Marcas 2, 4, 12, 44, 204, 207, 211, 239, 242, 244, 247, 248

México 4, 5, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 39, 45, 48, 50, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 139, 140, 229, 230, 231, 238, 252, 254, 264, 305, 307, 308, 310, 312, 313, 316, 317, 318

Modelo 8, 26, 43, 48, 74, 81, 98, 99, 103, 104, 106, 108, 112, 117, 126, 142, 145, 147, 167, 211, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 225, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 253, 254, 271, 293, 294, 295, 298, 299, 300, 301, 303, 304

Movimentos sociais 4, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 143

O

OCDE 33, 34, 129, 131, 132, 140, 241, 242, 243, 245, 250, 308, 309

Oferta 79, 85, 109, 115, 118, 126, 142, 173, 175, 198, 199, 200, 205, 209, 252, 258, 267, 269

OMT 128, 130, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140

P

Pandemia 5, 128, 129, 138, 139, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 150, 153, 154, 155, 156, 249, 314

Paraná 6, 77, 78, 82, 83, 84, 160, 203, 213, 214, 215, 224, 226, 228

Patentes 218, 239, 242, 244, 248

Piauí 6, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 203

PIB 13, 18, 20, 23, 24, 78, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 164, 166, 173, 214, 231, 244, 246, 247, 248, 268, 271

Portugal 28, 33, 36, 52, 53, 54, 55, 58, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 239, 240, 244, 248, 249, 291, 296, 299

Preço 6, 3, 34, 108, 112, 117, 142, 143, 145, 146, 182, 185, 186, 187, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 278, 280, 290

Produção 6, 7, 9, 29, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 78, 79, 85, 86, 110, 160, 161, 168,

173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 207, 209, 215, 217, 218, 225, 239, 241, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 272, 274, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 288, 290

Produtos 2, 3, 5, 6, 7, 9, 33, 81, 85, 107, 109, 111, 112, 142, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 164, 166, 174, 175, 176, 177, 187, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 218, 242, 244, 270, 274

Q

Qualidade 6, 6, 32, 85, 89, 174, 197, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 221, 222, 224, 226, 241, 242, 243, 246, 247, 266, 267, 271, 272, 292, 303

R

Resseguro 5, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127

S

Sri Lanka 7, 102, 265, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 290

T


Transporte 2, 3, 46, 49, 80, 81, 131, 132, 134, 186, 197, 200, 254, 284, 314


Turismo 5, 83, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 254, 270, 283, 286



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ECONOMIA:

GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO